

O processo de “banalização pela cearização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG

Everaldo Batista da Costa
(Mestrando em Geografia pelo PPGGH/USP)

Bernadete Castro
(Profa. Dra. do IGCE/UNESP – Rio Claro, SP)

Resumo

Este artigo tem por objetivo esclarecer a situação de algumas das cidades históricas brasileiras, especificamente no estado de Minas Gerais, quanto às novas políticas de organização de seus espaços centrais vinculadas à projeção de seu patrimônio cultural nos cenários nacional e internacional, através da “indústria cultural”, bem como identificar as problemáticas advindas desse processo, tomando como caso a cidade mineira Tiradentes. Na transformação de seu valor cultural em valor de troca, ou seja, tornando o patrimônio um atrativo para a mercantilização do lugar, verifica-se que a organização socioespacial dos núcleos urbanos tombados acaba por evidenciar a perversidade da globalização econômica, pela qual se intensificam o processo de segregação socioespacial e a “banalização pela cearização” desses núcleos, a tônica crítica deste trabalho.

Abstract

This article aims to clarify the situation of some Brazilian historical urban centers, specifically in the state of Minas Gerais, regarding the new central space organization politics attached to the projection of their cultural patrimony in the national and international sceneries, through the “cultural industry”, as well as to identify the problems derived from this process, taking as example the town of Tiradentes, Minas Gerais. In the transition from their attached cultural value to their imposed exchange value, i.e., in their transformation into a target of commercialization, it is feasibly verifiable that the social geographic organization of these urban kernel localities bears evidence of the perverse imposition of economic globalization, which intensifies the process of social geographic segregation and “esthetic vulgarization” of such locales, the critical emphasis of this study.

Palavras-chave espaço geográfico; cidade histórica; patrimônio cultural; globalização.

Key words *geographic space; historical town; cultural patrimony; globalization.*

everaldo.costa@usp.br
bacco@rc.unesp.br

Introdução

Com a globalização, os lugares tornam-se funcionais a necessidades, usos e descompassos de agentes públicos e privados nessa nova fase das relações entre os homens, mediadas por novas técnicas, pela ciência e pela informação. Não escapam dessa lógica os espaços constituídos por significativo patrimônio cultural, ou seja, os núcleos urbanos possuidores de bens materiais símbolos de identidade, cultura e memória, ao serem alcançados pela “indústria cultural”, que altera esses valores e dá-lhes novos significados. Em Tiradentes, é notória a “eficácia” das ações mediadas pelas novas técnicas e pela informação, transformando a cidade em um espaço atrativo e “chegável”, inserindo-a na lógica da competição internacional entre os lugares.

De acordo com Geiger (2002), globalização implica fragmentação, e sua dimensão econômica mostra novas formas da internacionalização da economia, apoiada em alta tecnologia, uma vez que uma rede de fluxos se superpõe a uma rede de lugares que se diferenciam e afrouxam laços tradicionais. Assim, estrategicamente, algumas cidades, como Tiradentes, combinam, de acordo com Ianni (2000), o passado, a memória e a tradição com as invenções da modernidade e da pós-modernidade, o que se evidencia em forma de novas espacialidades: cidades da história e da memória, das lembranças e dos esquecimentos, com caracteres da modernidade e da pós-modernidade.

Nesse sentido, entendemos que a (re)produção do espaço geográfico e, por consequência, a transvalorização do patrimônio cultural aparecem como resultado de novas relações humanas mediadas pela instantaneidade da informação e pela fluidez e atuação do capital transnacional, que acabam por redimensionar o tempo e o espaço, nesse caso, subvertendo os sentidos, as relações locais que envolviam os bens culturais.

Para contextualizar as dinâmicas que permeiam as cidades históricas, consideramos que o Brasil passou por quatro fases distintas e consecutivas de produção e reprodução de seu patrimônio cultural, de acordo com os interesses do Estado e dos agentes privados; fases que, gradualmente, apresentaram especificidades quanto ao reconhecimento, à valorização e à percepção desse patrimônio, inserindo, às vezes mais, às vezes menos, a população local no contexto das políticas de patrimônio adotadas; fases nas quais Tiradentes se insere.

Ao estudar o caso da histórica Tiradentes, no interior do estado de Minas Gerais, a qual aparece, hoje, como um verdadeiro cenário, um típico exemplo de transvalorização de patrimônio ocasionada pela ação de agentes descompromissados com o resgate fiel do valor histórico, cultural e memorial dos bens tombados na cidade, com a sociedade e com o lugar, reconhecemos um processo que denominamos “banalização pela cenarização”, uma transformação valorativa que se agrava com as novas possibilidades da estrutura relacional global que, paradoxalmente, aproxima as pessoas tornando-as menos sensíveis; em Tiradentes, fica evidente como esse processo é capaz de fazer da cultura ou dos valores culturais tradicionais simulacros de autenticidade, através da mercantilização de patrimônio.

O espaço geográfico: uma categoria para análise de patrimônio

Nas ciências em geral e em especial nas ciências humanas, são criadas palavras e expressões para dar sentido a categorias e conceitos abstratos, que passam a fazer parte do repertório apropriado para a produção do conhecimento nas mais variadas áreas. Aqui, interessa-nos a geografia, que cria

uma linguagem científica específica que vai caracterizá-la. Devemos reconhecer que essa criação não é desordenada nem descompromissada com os verdadeiros sentidos dos termos. Assim, retomaremos a categoria “espaço” de acordo com a concepção de Geiger (2002), Moraes (1996) e Santos (1978, 1986, 2000, 2002), abordagens que podem nos auxiliar a compreender as novas dinâmicas em núcleos urbanos tombados; dinâmicas, hoje, catalisadas pela “indústria cultural” e por aparatos da globalização.

Reconhecemos a categoria “espaço” como uma instância da sociedade, ao mesmo tempo que instância econômica e instância cultural-ideológica, de acordo com Santos (1986). O autor deixa claro que o espaço contém essas instâncias e que essas instâncias o contêm. Nos dizeres de Santos (1986, p. 5, grifo nosso),

La economía está en el espacio, así como el espacio está en la economía. Lo mismo ocurre con lo político-institucional y con lo cultural-ideológico. Eso quiere decir que **la esencia del espacio es social**. Em esse caso, el espacio no puede estar formado unicamente por las cosas, los objetos geográficos, naturales o artificiales, cuyo conjunto nos ofrece la naturaleza. **El espacio es todo eso más la sociedad**: cada fracción de la naturaleza abriga una fracción de la sociedad actual.

Dessa forma, através do espaço geográfico – uma categoria fixa, estática, abstrata, que dá sentido à estruturação de objetos criados e envoltos por ações humanas –, podemos reconhecer as especificidades das relações sociais, o movimento frenético e contínuo da somatória de momentos que materializa ou cristaliza o tempo, legando-nos valores, costumes, signos, vontades, desejos e medos que julgamos estarem corporificados em objetos pretéritos que persistem no espaço.

Entendendo que a “essência do espaço é social”, podemos considerar as formas espaciais como produtos históricos, trabalhados pela ação humana sobre a superfície terrestre, expressando as relações sociais que lhes deram origem (MORAES, 1996). Para esse autor, objetos fixados ao solo exprimem a espacialidade de organizações sociopolíticas pretéritas que se articulam sempre numa funcionalidade do presente, ou seja, vemos que a cristalização do tempo e a materialização da força de trabalho humano não se restringem a um único momento, não podem ser consideradas anacronismos em desuso na contemporaneidade; muito pelo contrário, compreendemos que o tempo cristalizado e as ações humanas marcadas no espaço fazem parte das novas relações e possibilidades criadas, reintegram-nas.

Para Geiger (2002), pensar um recorte do espaço geográfico – como um espaço urbano, por exemplo – significa reconhecer um elevado nível de produção social, onde as relações se intensificam para subsidiar as estruturas em construção. Isso leva-nos a entender a produção do espaço enquanto manifestações que recaem sobre o meio, cada vez mais intensamente, com o advento das novas formas de produção do capital, das dinâmicas de circulação, comunicação, “fixação” e fluidez.

É nesse sentido que entendemos a formação/construção do espaço geográfico enquanto manifestações que recaem sobre o meio, cada vez mais intensamente, dado o advento de novas técnicas, do progresso da ciência e da informação. Conforme Geiger (2002), é através do espaço, uma “concretude abstrata”, que podemos reconhecer as especificidades das relações “permanentes” da sociedade, o movimento contínuo da somatória de momentos.

O termo “espaço” dá-nos a idéia de abertura, alargamento, liberdade, abrangência e conquista. Isso leva-nos a crer que, enquanto termo, talvez tenha sido usado, a princípio, quando da intensificação

da mobilidade dos homens sobre a superfície terrestre, da formação de impérios, do estabelecimento de colônias, das conquistas territoriais. Hoje, a categorização do termo “espaço” abre possibilidades múltiplas de análise no âmbito da geografia; enquanto categoria, continua a nos remeter a abertura, alargamento, liberdade, abrangência e conquista; mas, hoje, também nos remete à consciência do imaginário, a desbravamento, a reconhecimento da vida, das relações sociais, a ações, à possibilidade de conhecer o ser, o outro, o sentido da existência e a própria produção cultural, ou à transformação da cultura em mercadoria, no movimento dialético entre “valor de uso” e “valor de troca” (MARX, 1982). Nessa lógica, a cultura aparece “especializada”, definindo fronteiras.

Esta análise leva-nos a reconhecer a categoria “espaço” como a natureza modificada pelo homem através de seu trabalho, espaço humano ou espaço social, lugar da vida e da morada, com tendência a ser modificado com o desenvolver dos processos históricos, onde se estabelecem novas idéias e interesses (SANTOS, 1978), uma expressão de toda a sociedade, pretérita e atual.

A materialidade histórica persistente no espaço, ou seja, o tempo cristalizado, o trabalho humano corporificado ou as estruturas socioespaciais anteriores são tratados por Santos (2002) como “rugosidades”. Essas rugosidades podem se apresentar de maneira isolada ou em forma de arranjos, sistematizadas, constituindo o espaço geográfico; podemos dizer que elas representam ideais, valores e formas de organizações sociais, econômicas e políticas pretéritas, materializadas no espaço, que assumem novas funções neste novo momento histórico; a nova lógica do capital hegemônico global acaba por transvalorar e transladar sentidos, significados e a própria cultura, e o local e o global interconectam-se. É nesse sentido que identificamos o significado da categoria espaço na análise de patrimônio cultural, no contexto da globalização que dá novo sentido às relações humanas e por conseqüência à (re)produção do espaço e do patrimônio na organização dos núcleos urbanos tombados. Inseridos nesse contexto, os bens culturais incluem-se na lógica criada pelo processo globalizante, são ressignificados, permitindo novos usos, e são apropriados por agentes públicos e privados, compondo identidades marcadas pelo circuito do consumo como bens-mercadorias.

Assim, consideramos que Tiradentes retrata o que Santos (2000, p. 85) aborda como “uma competitividade que destroça solidariedades”, freqüentemente horizontais, e que impõe uma solidariedade vertical, cujo epicentro é o capital especulativo e hegemônico, obediente aos interesses globais e indiferente ao lugar e seu entorno; para Santos (2000), as ações externas individualizantes não buscam sentido de benefícios para a vida local.

O patrimônio cultural: “fixo” local na fluidez global

O patrimônio cultural envolve a relação imbricada entre o desenrolar histórico, a produção do espaço e os processos econômicos em constante transmutação, estando as ações do presente que permeiam a gestão patrimonial diretamente ligadas às estratégias do mercado globalizado. O planejamento territorial urbano, que já há décadas estabelece a ligação entre preservação e apropriação econômica dos bens culturais, estrutura-se respeitando os interesses dos agentes de mercado, tornando o local palco de ações diretamente vinculadas à “indústria cultural”, processo esse intensificado nos últimos anos no Brasil, especialmente em algumas cidades do estado de Minas Gerais.

É através do turismo cultural, principalmente, que os bens patrimoniais também entram no circuito global de competição entre as cidades, por fazer parte delas, do local; a intensidade de imagens e mensagens produzidas pelos promotores turísticos gera um sistema de representações que induz à

escolha do que deve ser visto e contemplado pelo visitante, cujo olhar é previamente direcionado para a apreensão da dimensão imagética dos bens culturais, atendo-se às formas mais relevantes e não, aos seus conteúdos significativos, representantes da grandiosidade, opulência e ostentação de uma época. Assim, o visitante não percebe a realidade da produção do espaço urbano, do patrimônio cultural, nem conjunto como um todo ou o cotidiano da população local nos núcleos urbanos tombados; conhece o lugar visitado, mas não reconhece os sentidos da constituição do espaço vivido.

Antigas formas, novos conteúdos, novas formas junto a antigos conteúdos metamorfoseados; mesclam-se valores, significados que se tornam irreconhecíveis; são relativizados os sentidos de pertencimento e identidade. É tarefa árdua pensar o lugar do patrimônio cultural numa época em que os fluxos se aceleram e disseminam-se, em que mais pessoas viajam para lugares mais distantes; ou seja, antigas formas adquirem novos conteúdos no período da “compressão espaço-tempo” (MASSEY, 2000), no momento do “pós-modernismo flexível” (HARVEY, 1994) em que o espaço aparece como atributo indispensável para a atuação de um capital que reproduz a vida social em um novo ritmo. Tornam-se indistintos o que é global e o que é local, pois a ordenação global alcança todos os espaços, imprime em todos os lugares a sua racionalidade.

Podemos depreender que as cidades atrativas pelos seus ricos acervos material e imaterial culturais, caso das cidades pertencentes ao Circuito das Cidades Históricas Mineiras, representados pelas suas formas e seus transformados “conteúdos”, entram na dinâmica do mercado mundializado atual ou, na concepção de Harvey (1994), entram no período da flexibilidade técnica, da revitalização urbana, das imagens, no qual a racionalidade do capital pede resposta à pergunta: “Foi lucrativo?”. Esses núcleos urbanos são verdadeiros recortes locais da complexidade atual da produção do espaço que se dá globalmente, lugares que representam o mundo, geridos por novas demandas, novas estruturas, novas formas e novos processos. Segundo Santos (2002), alguns lugares inclusive aproveitam de suas vantagens comparativas, atraindo atividades, empregos e riquezas: o lugar aparece como um atrativo na era da informação.

Nessa lógica, o dinâmico processo de reprodução do capital, nos dias de hoje, acelerando as relações, paradoxalmente aproximando as pessoas e tornando-as insensíveis, redimensionando o tempo e o espaço, transmuta o valor dos bens culturais, recompondo-os num cenário banal. Cenário que, segundo Harvey (1994), se constrói a partir da reprodução do capitalismo, hoje, explorando diferenças.

Devemos reconhecer que os valores que qualificam os objetos não partem deles. Os chamados “bens culturais” não têm em si mesmos identidade nem cultura mas a identidade e a reprodução cultural que os grupos sociais lhes atribuem. De acordo com Meneses (1999), podemos considerar que não há valores estéticos universais e permanentes mas sim, conteúdos e sentidos simbólicos atribuídos a esses bens.

Assim, para se entender, nos dias de hoje, o patrimônio cultural e seu lugar no contexto da globalização, fazem-se mister o conhecimento sobre os atuais circuitos de produção e consumo, o reconhecimento do que é “valor” para nossa sociedade atual. Torna-se insignificante buscar entender em traçados, formas, frontispícios, fachadas, adros, sineiras ou coruchéus o atual sentido do patrimônio cultural ou o seu lugar. De acordo com Meneses (1999, p. 94), a compreensão do patrimônio cultural está na própria relação do homem com os objetos e dos homens entre si e não, na coisa em si: “é necessário desfetichizar o campo da cultura”. Dessa forma, o patrimônio cultural

assume um significado mercadológico, passa para a esfera da comercialização na nova organização do espaço vinculada aos ditames globais, ou seja, da “transformação do espaço em mercadoria [...] tendência da predominância da troca sobre os modos de uso, o que revela o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço” (CARLOS, 2001, p. 186).

O lugar do patrimônio cultural passa a ser o mundo, embarca na lógica perversa da globalização (SANTOS, 2000). Assim, visualizamos uma séria problemática, a de pensar um patrimônio coletivo que se mundializa com o advento de novas técnicas e da informação e, ao mesmo tempo, deixa de ser valorizado, reconhecido e percebido como símbolo cultural e de identidade para o local. Qual a lógica de conceber um Patrimônio Cultural da Humanidade, no sentido institucional, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), se este não for valorizado localmente, desenvolvendo-se o sentimento de pertencimento e identidade ao menos na população do local e da região? Ao ser destituído de seus verdadeiros conteúdos significativos com o advento de novos usos que o mercantilizam e banalizam, o patrimônio deixa de ser símbolo local, nacional e mesmo mundial, é entregue ao bel sabor do mercado, e seu lugar passa a ser o mundo virtual, veloz e quantitativo da globalização.

Fases de produção e reprodução do patrimônio cultural brasileiro¹

Identificamos, no Brasil, quatro fases distintas e consecutivas de produção e consagração do patrimônio cultural. Num primeiro momento, que denominamos *fase de produção colonial do patrimônio*, consideramos a própria gênese desses objetos através do processo de colonização portuguesa, pelo qual, partindo do litoral (ponto de estabelecimento inicial – século XVI), o colonizador ibérico conquista novos espaços em direção ao interior do território (ao longo dos séculos XVII e XVIII), marcando sua presença com a criação de novos arraiais, vilas e cidades, cuja materialidade atravessa o tempo e estabelece-se no espaço como registro de um período simbólico da história brasileira – “rugosidades” (SANTOS, 2002) “permanentes”.

Nos fins do século XVII, paira um pessimismo sobre o destino econômico da colônia portuguesa na América. Na expectativa de que a crise açucareira pudesse ter como saída a descoberta de metais preciosos, retoma-se a primitiva idéia de que a colônia se justificava com a presença desses metais (FURTADO, 1974).

Dessa maneira, o Brasil Colônia, que se pautava numa produção agrícola exportadora, cujos primeiros núcleos urbanos vinculados a essa atividade haviam se estabelecido primordialmente no litoral (Recife, Olinda, Salvador, São Luís, Rio de Janeiro), ocupando planícies e terraços, como nos esclarece Scarlato (2005), vê uma nova fase em sua dinâmica econômica e na conquista de novos espaços pelo interior de seu território, na busca pelo ouro e por diamantes.

Nesse contexto, tem início um novo processo histórico de ocupação do interior, com formação de novos núcleos populacionais ao longo do século XVIII, caso das cidades que fazem parte do Circuito das Cidades Históricas Mineiras e mesmo de cidades dos estados de Goiás e de Mato Grosso.

Vamos identificar uma segunda fase de (re)produção do patrimônio cultural no Brasil, a qual denominamos *fase simbólica do patrimônio*, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, no período do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Nesse momento, o Estado assume um lugar de destaque na formulação de uma concepção oficial de cultura, voltada a uma idéia inicial de nação; o país que se “livrava”, na teoria, do julgo colonial e imperial adentra a República,

¹ Os estudos por nós realizados nos últimos anos, tratando da crítica à mercantilização de patrimônio cultural, levaram-nos a considerar quatro fases de produção e reprodução do patrimônio nos núcleos urbanos tombados brasileiros, as quais denominamos: fase de produção colonial do patrimônio, fase simbólica do patrimônio, fase de projeção inicial do patrimônio e fase de cenarização progressiva do patrimônio. Cabe destacar que não temos o objetivo de esgotar o assunto neste artigo mas de deixar evidentes essas fases que, em nosso entender, marcam a trajetória socioeconômica de algumas cidades coloniais brasileiras, como Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina e Salvador.

vislumbrando estabelecer raízes profundas para obter sustentabilidade político-econômica frente a um mercado externo ascendente. A política de patrimônio adotada busca dar respostas aos anseios de estabelecimento de nossa identidade nacional, de consolidação do “Brasil-nação” que emergia.

Nesse mesmo período, a formulação de leis e a realização de congressos que discutiam a questão da arquitetura e da preservação de patrimônio na Europa – os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMS) – são “eventos” em duplo sentido, ou seja, acontecimentos planejados e vetores condutores de possibilidades que discutem a forma de preservação e valorização de sítios possuidores de “rugosidades” (SANTOS, 2002) que passaram pelos mais distintos processos históricos de construção, como São João D’el Rey, Ouro Preto, Diamantina e Tiradentes – cidades do estado de Minas Gerais –, cada qual representando em sua arquitetura colonial a expressão de um Brasil Colônia dedicado ao ouro e ao diamante.

Assim, a origem da política de preservação de patrimônio no Brasil está associada a uma consolidação da imagem política e cultural da nação, onde o *Estado*, através do SPHAN, é o agente que conduz essa busca. Contudo, há de se analisar que a escolha dos bens a serem preservados naquela época se fez com uma visão elitista de cultura, pois o tombamento se restringia a monumentos que reafirmavam os poderes políticos (câmaras, cadeias), religiosos (igrejas barrocas) e militares (fortes, quartéis), excluindo, dessa maneira, um conjunto diverso de minorias étnicas e culturais, como se o Brasil fosse uma expressão única de uma elite branca, relegando os “valores” populares ao esquecimento (COSTA, 2007).

Consideramos como terceira fase de (re)produção do patrimônio cultural brasileiro o período entre as décadas de 60 e 90 do século XX, que denominamos *fase de projeção inicial do patrimônio*. Essa fase é representativa do ponto de vista de que as cidades históricas são evidenciadas com o incipiente turismo cultural, momento em que o patrimônio passa a ser reconsiderado, no contexto do planejamento urbano estratégico, enquanto vetor de mudanças socioeconômicas, ou seja, para o desenvolvimento local e regional.

Nessa fase em que a preservação e a valorização do patrimônio visam a seu reconhecimento inicial para a “indústria” do turismo cultural, há uma transformação valorativa dos objetivos de preservação do acervo arquitetônico, respondendo-se aos anseios do mercado e do capital especulativo, entrando-se na lógica da “mercantilização dos espaços voltados às atividades do turismo” (CARLOS, 2001).

Da década de 90 aos dias de hoje, num quarto e último momento, que denominamos *fase de cenarização progressiva do patrimônio*, os núcleos urbanos detentores de reconhecido acervo cultural vêm passando por um processo de (re)produção mais intenso, que ocasiona a *transmutação* dos valores a eles inicialmente atribuídos – símbolos de identidade e cultura na construção do “Brasil-nação” –, dadas as novas relações mediadas pela dinamização dos meios de circulação e pela fluidez da informação, nas quais novos objetos e novas técnicas entremeiam esses bens para atender uma nova demanda externa, intensificando o processo de “banalização pela cenarização”. O conhecer sobrepõe-se ao reconhecer; antigas e novas formas e conteúdos mesclam-se, (re)produzindo um patrimônio que perde o sentido tradicional, a identidade, o significado de memória, enfim, formas destituídas de um conteúdo previamente estabelecido e reconhecido.

Dessa maneira, verificamos que as fases de produção e reprodução do patrimônio cultural brasileiro são consecutivas e carregadas de relações e práticas sociais distintas; de sua gênese, quando da produção dos espaços urbanos coloniais no interior do território, à *fase de cenarização progressiva*,

catalisada pelos novos modos operacionais do capital, verificam-se momentos de visão e concepção humanas de mundo distintas, que redundam em ações algumas vezes descompromissadas com o espaço geográfico, com a cultura, com a memória, com o próprio homem.

A constituição do Circuito das Cidades Históricas Mineiras

A ênfase da trajetória da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro [que coincide com a segunda fase de (re)produção do patrimônio – *fase simbólica*], cujo modelo se pautava na construção de uma nacionalidade, na busca de uma identidade para o país em que o Estado era o maior interessado, foi, em nosso entendimento, o marco inicial para a futura projeção de algumas cidades de Minas Gerais pelo turismo cultural, caso de São João D’el Rey, Tiradentes, Ouro Preto, Congonhas e Diamantina, as principais do Circuito das Cidades Históricas Mineiras, uma vez que esse Estado foi centralidade primeira para a concretização do objetivo federal.

No entanto, essa busca de identidade, que contava com o auxílio do SPHAN, não foi a única ação que projetou essas cidades mineiras. A partir dos anos 70, em decorrência da impossibilidade de o SPHAN manter com recursos federais a agenda de conservação e manutenção do seu acervo nacional, inicia-se um processo de *descentralização* das políticas de preservação no Brasil, passando-se também à esfera de Estados e Municípios a tarefa de cuidar de seus bens culturais. Em decorrência dessa descentralização e do avanço teórico em termos de preservação que ocorre no pós-década de 1970 [já na terceira fase de (re)produção do patrimônio cultural – *fase de projeção inicial*], distingue a trajetória do turismo cultural no Estado outro importante “evento”: Minas passa a concentrar o maior número de sítios reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, sendo eleitas Ouro Preto, Diamantina e Congonhas do Campo, um grande peso na configuração do Circuito das Cidades Históricas Mineiras.

Os *Encontros dos Governadores* (Brasília, 1970; Salvador, 1971) foram, segundo Leite (2004), uma das balizas desse processo de descentralização, tendo neles sido traçadas novas estratégias de preservação com a participação dos Estados. Esses encontros seguiram as recomendações da Carta de Veneza de 1964, que associava preservação de patrimônio e estratégias de planejamento urbano; essa carta reitera que o centro histórico das cidades deveria ser objeto de cuidados especiais para salvaguardar sua integridade e assegurar-lhe saneamento, manutenção e valorização, de acordo com as necessidades modernas (COSTA, 2005, 2007).

Contudo, o SPHAN, criado, sob orientação do então ministro Gustavo Capanema, através do Decreto Lei nº 25 de 30 de dezembro de 1937, instrumento jurídico que direcionou os processos de tombamento de bens culturais a partir daquela data, é o símbolo nacional do início do processo de preservação de patrimônio no país e deve ser assim considerado. Hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cabem a esse órgão os processos de identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o território brasileiro (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

O SPHAN é concebido, inicialmente, sob forte influência do pensamento modernista da Semana de Arte Moderna de 1922, que disseminou uma nova maneira de pensar o Brasil e sua cultura, buscando uma consciência de país, desejando e estimulando uma expressão artística nacional, dando caráter de classe a suas atitudes e produções (LEITE, 2004). Para esse autor, a idéia de patrimônio é desenvolvida enquanto expressão de um “caráter nacional” ao mesmo tempo histórico e universal.

Dessa forma, procurando uma unicidade de formas e conteúdos, os modernistas opõem-se a um novo estilo que vinha da Europa, o eclético, que na época representava a idéia de modernização para o republicanismo; daí, na busca de nossa identidade cultural e manutenção da memória, os modernistas voltam-se para o interior do Brasil, mais especificamente para as cidades coloniais de Minas Gerais, “cuja arquitetura barroca poderia expressar o retorno a um passado ‘legítimo’ e representativo de uma originalidade cultural brasileira” (LEITE, 2002). Assim, vemos que, no Brasil, o modernismo propiciou um resgate do passado, uma valorização da tradição, sendo o barroco mineiro – percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira – emblemático nessa fase, como aponta Santos² (1992 *apud* LEITE, 2004, p. 84).

Dentre os modernistas que viajaram para o interior do país, especialmente para Minas, na busca de uma expressão nacional, a bibliografia especializada aponta como precursores Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswaldo de Andrade, o arquiteto Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco, jornalista e primeiro diretor do SPHAN, os quais fazem um reconhecimento do passado nacional através de sua expressão arquitetônica, esculturas e artes plásticas barrocas, passando pelas “cidades do ouro” – Tiradentes, São João D’el Rey, Sabará, Ouro Preto e outras. Dessa forma não será por acaso que em 1933, mesmo antes da criação do SPHAN, a cidade de Ouro Preto se torna objeto da primeira iniciativa nacional de preservação.

Devemos reconhecer contudo que também em Minas Gerais a escolha do que deveria ser preservado foi baseada num olhar elitista de cultura, pois o tombamento se restringiu a símbolos que reafirmavam os poderes políticos, religiosos e militares da elite “branca”, excluindo um conjunto diverso de classes, relegadas ao esquecimento. Segundo Leite (2004), as origens sociais da maioria dos tombamentos que marcam a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil entre 1938 e 1981 referem-se à etnia branca, ao catolicismo, às classes dominantes e às edificações-símbolos do poder estatal: fortes, casarios, mosteiros, igrejas e quartéis.

Dessa forma, preservados, os centros históricos das cidades coloniais de Minas Gerais são, durante a terceira fase de (re)produção do patrimônio cultural no Brasil (1960-1990), projetados, nos cenários nacional e internacional, como núcleos possuidores de um acervo arquitetônico símbolo de um passado embebido de opulência e ostentação, representadas em suas formas e conteúdos, compondo conjuntos de intensa atratividade e de múltiplos investimentos econômicos. Daí a constituição do Circuito e a apropriação de suas cidades como “lugares-objetos” do turismo cultural, hoje em vias de intensa especulação e cenarização progressiva.

O processo de “banalização pela cenarização” em Tiradentes – MG

Compreendendo que a essência do espaço é social e que as formas espaciais são produtos históricos trabalhados pela ação humana sobre a superfície terrestre, considerando as relações sociais que lhes deram origem e reconhecendo que objetos fixados ao solo exprimem a espacialidade de organizações sociopolíticas pretéritas, identificamos o patrimônio cultural como materialidade histórica que persiste no espaço, tempo cristalizado, trabalho humano corporificado ou, segundo Santos (2002), como estruturas socioespaciais anteriores, “rugosidades”. Enquanto representantes de tempo cristalizado, cabe destacar que desde o fim do século XVII, com as descobertas positivas de ouro, por bandeirantes paulistas, no centro do que hoje constitui o estado de Minas Gerais (onde se encontra a cidade de Ouro Preto), núcleos urbanos como Tiradentes, antiga Vila de São José D’el Rey, têm sua organização socioespacial iniciada.

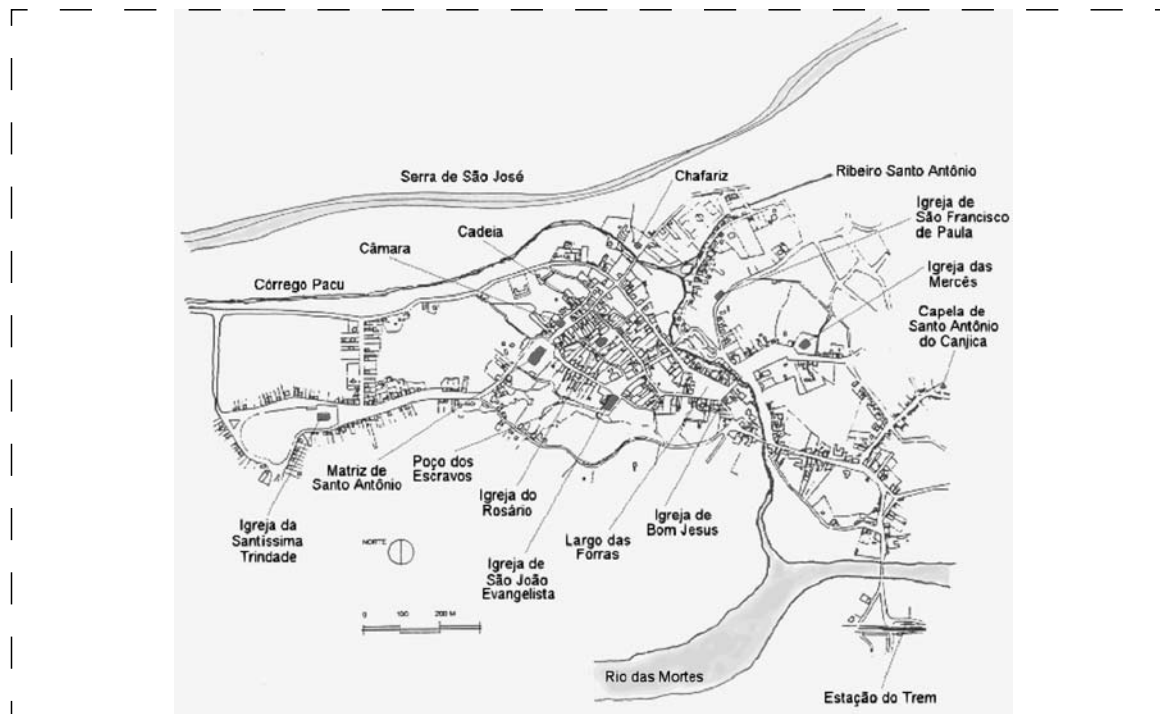
² SANTOS, Maria Veloso Motta. O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil, 1920 a 1970. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

Essa cidade, como suas congêneres mineiras do século XVIII, formadas pelo investimento inicial da Coroa Portuguesa na empreitada aurífera e diamantífera, caracteriza-se por um arruamento onde o casario, em sua maioria térreo, se localiza na beira da rua, apresentando suas plantas, com frequência, dois cômodos na frente. Os lotes mais antigos possuem testada estreita e grande profundidade. A cidade caracteriza-se, ainda, por largos formando a ambiência das igrejas e, de forma particular, pelos becos, pelas áreas de serviço – como aquelas à beira-rio, que tangenciam os fundos dos lotes –, pelos estreitos caminhos de acesso à cidade e pela ocupação rarefeita.

Em termos paisagísticos, tem-se naquele sítio uma visão privilegiada do vale ladeado pela Serra de São José, cujo cume apresenta uma plataforma uniforme, com flancos cortados a pique e um sopé florestado que guarda, nitidamente, sedimentos oriundos do topo por processo erosivo ao longo de milhares de anos. A cidade forma uma paisagem que encanta mais pelo conjunto do que por bens isolados. Somados a ruas tortuosas, ladeiras íngremes, becos, vielas, largos e a suas casas térreas com número ímpar de janelas, vergas abatidas e vedações em guilhotinas e treliçados, a Serra de São José, que é vista de qualquer ponto da cidade, e todos os bens tombados isoladamente compõem o conjunto turístico do município (FIG. 1), que é lançado no mercado internacional de competição entre as cidades.

Contudo, saindo da *fase de projeção inicial* do patrimônio cultural brasileiro, em que a cidade reconhece em seu conjunto matéria-prima para o desenvolvimento turístico e em que as ações de intervenção

FIGURA 1 Núcleo urbano tombado de Tiradentes (MG)



Fonte: IPHAN, 1997, p. 13.

urbana passam a conciliar planejamento estratégico e preservação de patrimônio, Tiradentes entra na quarta fase de (re)produção do patrimônio pós-década de 1990 – *fase de cenarização progressiva* –, num ritmo que se intensifica a cada ano, produzindo um espaço urbano central complexo em termos da circulação de capitais, mercadorias e pessoas e unívoco do ponto de vista dos usos, por representar, principalmente, usos voltados para a atividade turística; a cidade apresenta-se como um verdadeiro cenário, um espaço representativo da transformação do uso em troca. Atendendo as “necessidades modernas” de sobrevivência e permanência do capital, Tiradentes representa, no Circuito das Cidades Históricas Mineiras, caso notório de consumo e mercantilização do espaço geográfico, uma intensa “banalização pela cenarização”, de cujo processo é excluída, inexoravelmente, a população local.

Para Santos (2002), exige-se, hoje, uma certa fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, e as redes técnicas são ferramentas imprescindíveis para o processo da competitividade. A “banalização pela cenarização” é catalisada por essa fluidez globalizante, estabelecida de acordo com os interesses dos agentes de mercado. É nesse sentido que Tiradentes se insere na competição internacional entre cidades e que seu patrimônio aparece transfigurado enquanto mercadoria a ser consumida por uma platéia específica e cada vez maior.

Caminhar pela Rua Direita (FIG. 2), pela Rua da Câmara ou pelo Largo das Forras a observar igrejas, capelas e casario de uma época de conquista e produção de espaços organizados pela economia aurífera e pela rede de atividades associadas a ela é contemplar um cenário palco de novas relações sociais e novos sentidos; Tiradentes evidencia-se como um espaço urbano que deve ser

FIGURA 2 Rua Direita



Fonte: Acervo dos autores; foto de Everaldo Costa, fev. 2005.

considerado como um conjunto de relações sociais realizadas através de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente, ou seja, um espaço que se define como um conjunto de *formas* que representam relações sociais do passado e atuais, e por uma *estrutura* representada por relações sociais que estão acontecendo “diante de nossos olhos” e que se manifestam por *processos* e *funções*, um verdadeiro “campo de forças cuja aceleração é desigual” (SANTOS, 1978, 2002).

No entanto, a reprodutibilidade técnica e a fluidez do capital e da informação permeiam esse espaço de novos sentidos entrantes: o lugar do nativo é tomado por agentes privados nacionais e internacionais. Tiradentes passa a representar o mundo confuso e confusamente percebido da lógica de mercado. Dados os novos fluxos frenéticos, velozes e artificiais estabelecidos, passa a representar um espaço da globalização como perversidade (SANTOS, 2000), que reproduz pobreza, desemprego, fome, miséria e lutas constantes entre distintos grupos sociais frente à conquista de seus direitos e de seus “lugares”. São subvertidos os antigos jogos de relações que se davam no espaço; a Matriz de Santo Antônio, os Passos da Paixão ou o Chafariz de São José deixam de ser objetos de uso popular através das práticas religiosas e dos usos cotidianos, para serem apropriados por paulistanos, cariocas, capixabas, gaúchos, americanos, japoneses ou franceses, com suas máquinas fotográficas de última geração, seguindo um trajeto imposto pela mídia ou pelas agências de viagem que articulam o que deve ser apenas “visto”, sem a real preocupação de resgatar o sentido histórico-cultural que um dia nós mesmos atribuímos a esses bens; a presença do residente no Largo das Forras (FIG. 3) ou no trânsito corriqueiro da cidade é efêmera, às vezes inexistente e até malquista.

FIGURA 3 – Largo das Forras, espaço de comércio turístico



Fonte: Acervo dos autores; foto de Everaldo Costa, jan. 2005.

Vemos em Tiradentes a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses gerais comuns; o privado hegemônico apodera-se do público popular; adota-se uma política míope que entrega nas mãos de alguns os destinos do lugar, sem compromissos com a sociedade local, resultando para esta a tendência ao “não-lugar” (BENKO, 2002; CARLOS, 1996), destituído de identidade, simbolismo e significado. Segundo Benko (2002, p. 250), no mundo atual as novas relações são produtoras do “não-lugar”, e parte desses “não-lugares”, de imagens: “[...] no mundo pós-moderno sempre estamos e jamais estamos em ‘casa’ [...] a pós-modernidade encontra sua expressão completa nos não-lugares, símbolos de nossa nova era econômica”.

Ao reconhecer que a banalização dos núcleos urbanos tombados está ligada diretamente à séria problemática da cenarização progressiva via “indústria cultural”, concordamos com Santos (2002), para quem as novas técnicas, a ciência e a informação passam a ser os principais articuladores da produção do espaço, consagrando o que o autor chama de “economia mundo”.

Nessa lógica, o centro histórico de Tiradentes é apropriado por agentes de mercado desinteressados do conteúdo significativo atribuído ao patrimônio cultural da cidade por ocasião da segunda fase de (re)produção do patrimônio no país, *fase simbólica do patrimônio*. O referencial de identidade e cultura no projeto de construção do “Brasil-nação” atribuído ao patrimônio cultural naquele momento gradativamente perde sentido com o desenrolar das novas atividades, com o turismo massivo que se apodera desses núcleos tombados; perdem os visitantes e principalmente os residentes, esses últimos marginalizados pelo processo.

Torna-se relevante entendermos que, seja no turismo ou em qualquer outra “indústria” humana, o que está em ênfase não são apenas os bens, os sentidos, os valores, a permanência ou não da atividade mas a relação estabelecida entre os homens. Seja qual for a atividade desenvolvida por grupos sociais, o que caracterizará a situação social geral, os excluídos e os beneficiados são os tipos de interações estabelecidas que julgarmos coerentes, aceitáveis e desejáveis; estas, sim, ditarão o padrão de sociedade instituída, a fragmentação ou não do mundo vivido, do lugar.

Assim, devemos focalizar apenas o patrimônio, objeto em si, ou buscar coerência nas ações que permeiam a política de patrimônio nesse momento de fluidez, de redimensão do tempo e do espaço, de destroçamento das solidariedades, de produção dos “não-lugares”? As ações contemporâneas, no tocante às políticas patrimoniais que se aproveitam dos novos modos operacionais da economia globalizada, são dirigidas para a venda de imagens e para a valorização do que é divulgado esteticamente, esquecendo-se de valores intrínsecos aos bens, atribuídos pelo homem e que adjetivamos ao longo da história; nesse caso, ganha força o processo que denominamos “banalização pela cenarização” dos núcleos urbanos tombados das “minas gerais”, produzidos no período da colonização portuguesa, cada qual guardando sua especificidade e intensidade de transvalorização, sejam eles Tiradentes, Ouro Preto (FIG. 4), Diamantina (FIG. 5), São João D’el Rey (FIG. 6) e Congonhas do Campo (FIG. 7), sejam outros, espalhados pelo território brasileiro.

FIGURA 4 **Ouro Preto, MG**



Fonte: Acervo dos autores; foto de Everaldo Costa, maio 2008.

FIGURA 5 **Diamantina, MG**



Fonte: Acervo dos autores; foto de Everaldo Costa, jan. 2008.

FIGURA 6 São João D'el Rey, MG



Fonte: Acervo dos autores; foto de Everaldo Costa, fev. 2007

FIGURA 7 Congonhas do Campo, MG



Fonte: Acervo dos autores; foto de Everaldo Costa, jan. 2006.

Considerações finais

Entender a realidade do espaço geográfico hoje, cuja produção está atrelada aos novos processos de atuação do capital e vinculada a um dinamismo inigualável na história mundial, em que a técnica, a ciência e a informação são catalisadores do processo, ajuda-nos a reconhecer a realidade que permeia as atuais políticas de patrimônio no Brasil e no mundo.

Vê-se uma séria ambigüidade em alguns espaços dotados desses bens memoráveis da história humana. Preservado, inicialmente, com o intuito de resguardar uma materialidade de significativo valor universal, excepcionalidade e autenticidade, o patrimônio cultural em algumas cidades brasileiras é, hoje, investido de valor de troca, tornando-se uma mercadoria inserida no mercado global de competição entre as cidades onde o turismo aparece como a “indústria” vetora do processo.

A ambigüidade vai aparecer no instante em que, mundializados, convivendo com a nova lógica da relativização do tempo e do espaço e com o avanço técnico e informacional, os espaços do patrimônio deixam de pertencer à sociedade local. A mercantilização desses espaços propicia a intensa “banalização pela cenarização”, que acaba por “mascarar” o sentido dado inicialmente a esses bens enquanto símbolos de identidade, cultura nacional e preservação da memória.

A tônica crítica neste trabalho, que visa a alertar sobre a necessidade urgente de um olhar esclarecido e severo em favor dos núcleos urbanos que sofrem do intenso processo de mercantilização e cenarização e de um afrouxamento das identificações com a cultura nacional, não é acompanhada de insensatez.

Ao enfatizarmos que os espaços do patrimônio, hoje, tendem ao “não-lugar” (BENKO, 2002; CARLOS, 1996), embora a este certamente não pertençam, referenciamos a existência, ainda que pouco significativa, de tentativas de resgate do sentido simbólico que o patrimônio cultural representa para as populações de alguns conjuntos urbanos tombados; basta identificarmos a ocorrência de mobilizações em prol de tombamentos e de lutas sociais pela reconquista do direito à cidade. Acreditamos que exista um simbolismo “às avessas” para os que visitam esses núcleos urbanos; caso contrário, esses espaços não seriam escolhidos pelos agentes de mercado como fonte de investimento de capital e pelo próprio visitante. Simbolismo “às avessas”, pois, a divulgação midiática dos bens culturais, na maioria das vezes, metamorfoseia os verdadeiros sentidos do patrimônio – de valorização do indivíduo e da sociedade, de fortalecimento da identidade de um povo e de qualificação da vida e do espaço urbano. Entendemos que o legado deixado pela mineração à colônia, à nação, são as raízes da própria nacionalidade brasileira.

Nosso desejo é que essas ações populares sejam intensificadas e sempre acompanhadas por técnicos, especialistas e cientistas comprometidos com a devida organização socioespacial dos núcleos possuidores de bens patrimoniais e com os interesses da população local. O desenvolvimento do sentimento de pertencimento a um espaço, a um núcleo urbano, de identificação com o patrimônio cultural, por parte dos residentes, é imprescindível para uma política de patrimônio adequada, que não negligencie o espaço e tampouco a sociedade; afinal, quem cuida melhor do que é seu senão o próprio dono?

Como podemos usar adequadamente, em contextos como esses, a categoria patrimônio? É possível ali, certamente, identificar estruturas espaciais, objetos, alimentos, rezas, mitos, rituais como patrimônio. Mas é preciso não naturalizar essa categoria e impor àquele conjunto um significado peculiar e estranho ao ponto de vista do nativo. (GONÇALVES, 2003, p. 26).

Sendo o tempo e o espaço coordenadas básicas dos diversos sistemas de representação, cabe à geografia pensar essa problemática socioespacial da (re)produção do patrimônio em tempos de globalização e do advento de novas técnicas e da informação. Não faz sentido o patrimônio cultural estar em todos os lugares, mundializado enquanto uma mercadoria a ser “consumida”, e desaparecer para a comunidade de seu entorno, ser esvaziado de seu valor simbólico tradicional para os residentes.

O caso da cidade brasileira Tiradentes, pertencente ao Circuito das Cidades Históricas Mineiras, é destacado em nossa análise como exemplo desse processo de (re)produção do espaço urbano e do patrimônio cultural no contexto da globalização. O lugar do núcleo tombado na cidade passa a ser o mundo. As ações da “indústria” do turismo, principal motivadora da política de patrimônio estabelecida ali, devem ser repensadas, por *esgotar* múltiplos meios de sobrevivência que um espaço pode oferecer, diante da padronização globalizada que banaliza os lugares ao não incluir seus cidadãos, sua cultura e seu modo de vida ou, ainda, ao apagar a possibilidade de leitura e apreensão reais de seus processos históricos de produção do espaço. Assim, concordamos com Ianni (2000, p. 108), para quem, nesse momento histórico,

[...] tudo se move, desloca, flutua ou migra, tanto quanto retorna, reaparece, regressa. Essa é uma travessia na qual todos estão, coisas, gentes e idéias, modos de ser, agir, sentir, pensar e imaginar. E tudo é, simultaneamente, reiteração e modificação. Nada permanece o mesmo, mesmidade, ainda que pareça e inclusive se afirme, reivindique e insista. No contraponto das relações socioculturais e no jogo das forças sociais, ainda que se mantenham as aparências, similitudes ou mesmidades, tudo se move, modifica e transfigura.

De representante das formas particularistas de vivência e sobrevivência, o lugar passa a representar um paradigma universalista das atuais exigências mundiais; eis a nova racionalidade que permeia o patrimônio cultural nos núcleos urbanos tombados apropriados pela “indústria cultural”.

Referências

- BENKO, George. Geografia de lugar nenhum ou hiperglobalização: breve exame do mundo pós-moderno. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 247-250.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 173-186.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 25-37.
- COSTA, Everaldo B. Município de Tiradentes – MG: reflexo presente de uma imagem pretérita. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 17., 2005, Rio Claro (SP). *Anais...* Rio Claro: [s.n.], 2005. 1 CD-ROM.
- COSTA, Everaldo B. *Turismo e organização sócio-espacial no centro histórico de São João D’el Rey – MG*. São Paulo: Departamento de Geografia / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
- FUNARI, Pedro; PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1974.
- GEIGER, Pedro. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 233-246.
- GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: CHAGAS, Regina A. M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.
- IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. 15ª Sub-Regional de Tiradentes. *Projeto-piloto para o Sítio Histórico de Tiradentes: fundamentos e propostas de critérios e normas de intervenção*. Tiradentes: IPHAN, 1997.
- LEITE, Rogério Proença S. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. UNICAMP; Aracaju: Ed. UFS, 2004.
- LEITE, Rogério Proença S. *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 1982.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papius, 2000. p. 177-185.
- MENESES, Ulpiano T. B. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. C. A. (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 89-99.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2002.
- SANTOS, Milton. *Espacio y método*. Barcelona: GeoCrítica; Universidad de Barcelona, 1986.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SCARLATO, Francisco C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J. (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2005. p. 381-464.